

A photograph of a group of indigenous people, likely from Brazil, wearing traditional clothing and headbands. They are standing outdoors, and the image is used as a background for a government logo overlay.

MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL

The logo for the Brazilian government, featuring the word "BRASIL" in a stylized, colorful font where each letter is composed of geometric shapes in green, yellow, blue, and red.

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

SUMÁRIO EXECUTIVO

Balanço das Ações

- Demarcação Territorial
- Proteção Territorial
- Garantia de Direitos
- Acordos históricos
- Gestão Ambiental e Territorial
- Resposta a Eventos Climáticos
- Regularização Territorial
- Fortalecimento da Participação Indígena
- Planos de Gestão Territorial
- Protocolos de Consulta



DEMARCAÇÃO TERRITORIAL

1 Grupos Técnicos

37 grupos
constituídos para
identificação e
delimitação

2 Declarações

- 11 territórios indígenas
tiveram seus limites
declarados:
- ✓ Sawré Muybu (PA),
 - ✓ Maró (PA),
 - ✓ Cobra Grande (PA)
 - ✓ Apiaká do Pontal e Isolados (MT)
 - ✓ Jaraguá (SP),
 - ✓ Peguaoty (SP),
 - ✓ Djaiko-aty (SP),
 - ✓ Amba Porã (SP),
 - ✓ Pindoty/Araça-Mirim (SP),
 - ✓ Tapy'i/Rio Branquinho (SP) e
 - ✓ Guaviraty(SP);

3 Homologações

- 13 Terras Indígenas homologadas:
- ✓ Arara do Rio Amônia (AC),
 - ✓ Kariri-Xocó (AL),
 - ✓ Rio dos Índios (RS),
 - ✓ Tremembé da Barra do Mundaú (CE),
 - ✓ Avá-Canoeiro (GO),
 - ✓ Uneiuxi (AM),
 - ✓ Rio Gregório (AC),
 - ✓ Acapuri de Cima (AM),
 - ✓ Aldeia Velha (BA) e
 - ✓ Cacique Fontoura (MT);
 - ✓ Potiguara de Monte-Mor (PB);
 - ✓ Toldo Imbu (SC);
 - ✓ Morro dos Cavalos (SC);



PROTEÇÃO TERRITORIAL

Operações com a atuação da FNSP:

- 28 em 2023
- 25 em 2024
- Em 2025, são 17 portarias de Força Nacional vigentes, abrangendo terras com presença de indígenas isolados e em cobertura de diferentes estados como AM, MS, MT, PA, PR, RO, RR, RS e MA

Desintrusões

- Criação do Comitê Interministerial de Coordenação, Planejamento e Acompanhamento das ações de Desintrusão de Terras Indígenas, instituído pelo Decreto nº 11.510/2023
- Operações em Alto Rio Guamá (PA), Yanomami (RR), Vale do Javari (AM), Karipuna (RO), Munduruku (PA), Apyterewa (PA), Trincheira Bacajá (PA), Araribóia (MA) em cumprimento de decisão judicial no âmbito da ADPF 709



GARANTIA DE DIREITOS - DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS - Operação no Território Yanomami do contrato emergencial do MPI

**No período de 16 de abril de 2024 a
15 de março de 2025:**

56.665 cestas distribuídas

404 comunidades atendidas



GARANTIA DE DIREITOS – EMENDAS PARLAMENTARES

- 2024 – Valor total recebido pelo MPI/FUNAI:
R\$ 18.436.702,00
- 2025 – Valor total recebido pelo MPI/FUNAI:
R\$ 25.700.039,00



GARANTIA DE DIREITOS

- Foi garantido aos povos indígenas por meio do programa Minha Casa Minha Vida Rural:
- 4.944 unidades habitacionais autorizadas;
- 74 terras indígenas atendidas.



GARANTIA DE DIREITOS - PARCERIAS

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
R\$ 20 milhões de reais

- Projeto em andamento com seleção de instituições por chamada pública concluída para formar agentes sanitários ambientais indígenas em Boa Vista/RR.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

- Assinatura de protocolo de intenções com objetivo de promover ações de diversidade e inclusão para alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
(CNMP)

- Assinatura de protocolo de intenções com objetivo de aprimorar normativa interna de proteção dos direitos indígenas do Ministério Público em nível nacional



ACORDO JUDICIAL HISTÓRICO

- O MPI, em parceria com a AGU e o Judiciário, destravou processos demarcatórios paralisados, incluindo a devolução da TI Ñande Ru Marangatu aos Guarani Kaiowá. Em setembro de 2024, um acordo histórico garantiu a retirada de ocupantes e a devolução integral do território, mitigando conflitos no Mato Grosso do Sul.

ACORDO EMERGENCIAL ENTRE A UNIÃO, ITAIPU E O POVO AVÁ-GUARANI NO PARANÁ

- O MPI por meio de mediação fundamental contribuiu na celebração do acordo emergencial que representa um avanço no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas da região e no investimento de R\$ 240 milhões em benefício do povo indígena Avá-Guarani.



GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

Programa Teko Porã
(R\$ 6 milhões)

06 PGTAs

Tekoha Guapo'y Mirin Tujury
(Amambai/MS), Guyraroká (Caarapó/MS),
Kurusu Amba (Coronel Sapucaia/MS), Ñande
Ru Marangatu (Antonio João/MS), Pyelito
Kue (Iguatemi/MS) e Yvy Katu (Japorã/MS)

**Programa
Mosarambihára e Karoá**
(R\$ 2.6 milhões)

43

COMUNIDADES ATENDIDAS

**Projeto Ywy
Ipuranguete**
57 mil

INDÍGENAS BENEFICIADOS
09 Povos, 15 Terras Indígenas e 6,4
milhões de hectares de terra. O valor
aproximado do projeto é de R\$ 60
milhões, com duração prevista de 05
anos.

**Fundo para a
Convergência Estrutural
do Mercosul (Focem)**

**Captação de US\$ 15 milhões do
Mercosul para ações de
abastecimento de água para
comunidades indígenas nas
fronteiras do RS ao AC**

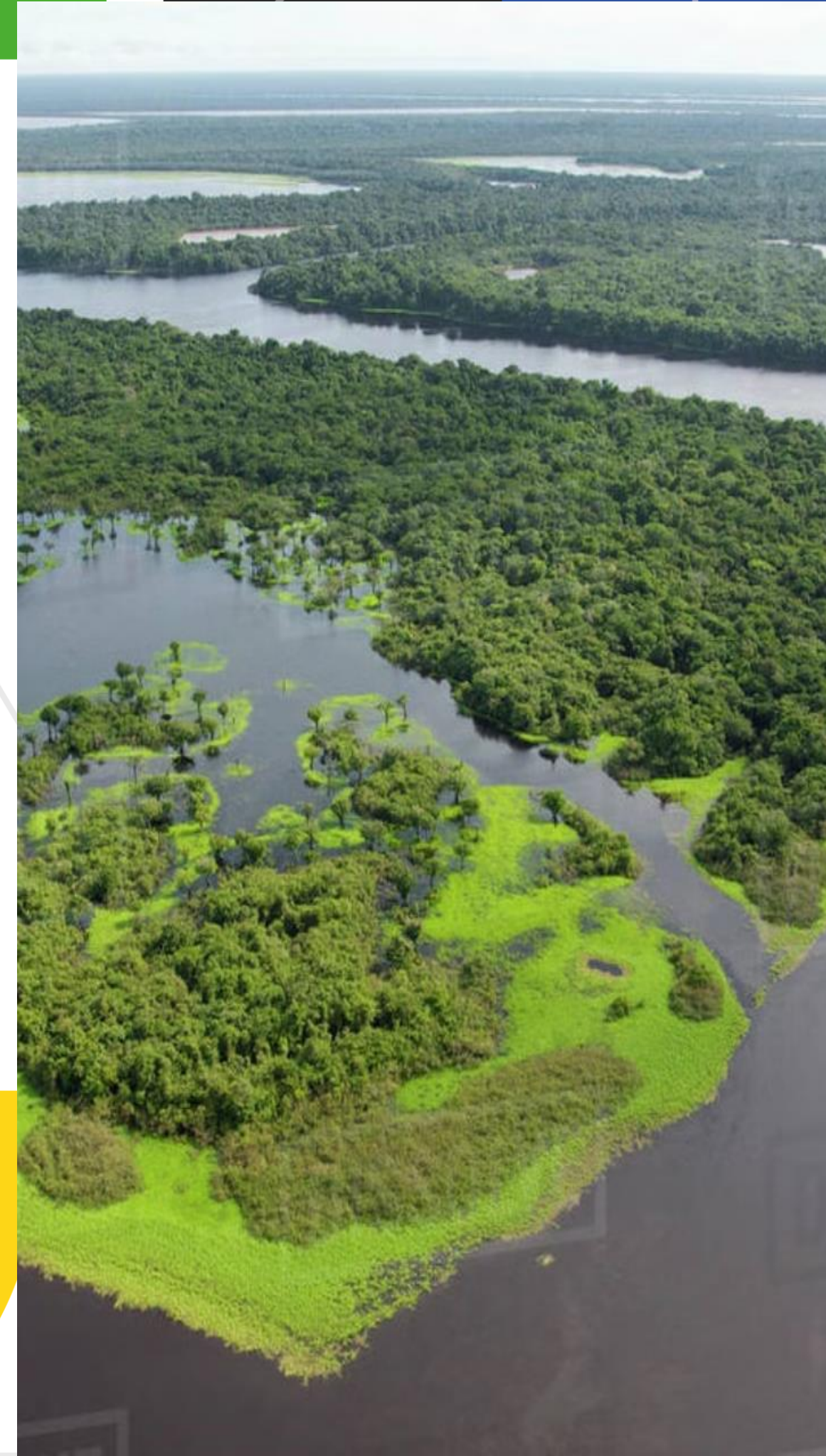
RESPOSTA AOS EVENTOS CLIMÁTICOS

8.345

Famílias
Atendidas após as enchentes
no RS e Acre

154

Operações
Combate a incêndios em
2023/2024



REGULARIZAÇÃO TERRITORIAL

Conclusão das Desintrusões

A desintrusão é fundamental para garantir a posse das terras indígenas, removendo invasores e protegendo a integridade territorial

Demarcação e Declaração

A conclusão das demarcações e declarações de terras indígenas



FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO INDÍGENA



Ações para a COP 30

Capacitação, logística e mobilização de lideranças indígenas para atuação na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas



Conferência Nacional de Mulheres Indígenas

Oportunidade de fortalecer a participação das mulheres indígenas na formulação de políticas públicas e na defesa de seus direitos.



Conferência Nacional de Políticas Indigenista

Espaço para discutir e promover políticas públicas eficazes para os povos indígenas, considerando suas necessidades e perspectivas.



Planos de Gestão Territorial e Ambiental

- Os PGTAs (Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas) são instrumentos essenciais para o desenvolvimento sustentável e a proteção do território.
- São 43 PGTAs em andamento
- 28 na fase de elaboração
- 15 em implementação



Protocolos de Consulta

- Os Protocolos de Consulta são instrumentos autônomos e próprios dos povos indígenas, que visam a garantia do direito ao consentimento livre, prévio, informado e de boa-fé nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- O MPI deu início à elaboração de protocolos de consultas em janeiro de 2025 junto ao povo Terena do estado do Mato Grosso do Sul das comunidades Buriti, Buritizinho e Nioaque.
- Ao todo serão elaborados 20 protocolos de consulta nos biomas da Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, sendo 4 protocolos por bioma.



Muito
OBRIGADA!

MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

